

## DOSSIÊ

### COMUNIDADES QUILOMBOLAS: AFROGRAFIAS, TERRITORIALIDADES E LUTAS

## ENTREVISTA COM ANA PAULA CRUZ O QUILOMBO É UMA SAPIÊNCIA, UMA SABEDORIA: CAMINHO NECESSÁRIO PARA A CRIAÇÃO DE NOVAS EPISTEMOLOGIAS\*

*EMOS: Ana Paula Cruz, você é uma mulher negra, intelectual do Território Quilombola do Vale do Iguape, no Recôncavo Baiano. Eu gostaria que você falasse um pouco de sua história familiar e, também, de sua formação educacional, para começar essa nossa conversa sobre sua trajetória.*

APC: Eu sou a filha mais velha de um casal de quilombolas do vale do Iguape, Dona Núbia e Seu Edinaldo. Tenho uma irmã, Isabelle, e um sobrinho, Miguel, o qual representa a geração mais jovem de quilombolas da minha família. Por causa dessa geração sigo acreditando em dias melhores e mais justos para nosso povo. Não poderia deixar de falar dos meus mais velhos, sou bisneta de saveirista, neta de pescador e comerciante local ou, numa linguagem da minha comunidade, dono de venda. Cresci observando famílias nucleares extensivas e tendo como referências mulheres negras que gerenciavam esses lares. Toda minha trajetória escolar se deu em escolas públicas. Os anos iniciais e finais do ensino fundamental estudei nas escolas do Iguape, onde pude conviver com o meu território. No entanto, quando terminei a 8ª série na antiga Escola Estadual Eraldo Tinoco, atual Escola Estadual Quilombola do Vale do Iguape, precisei migrar para o centro da cidade de Cachoeira, pois no Iguape não tínhamos acesso ao Ensino Médio. Na época, eu não compreendia que não ter escola de Ensino Médio numa comunidade negra rural era uma das muitas faces do racismo que estrutura as relações na sociedade brasileira, expressando o quão excludente era escolher quais grupos deveriam ter acesso à educação formal e quais não. Quantos conterrâneos meus deixaram o sonho de mobilidade social - geralmente acessada através da educação - perdido na estrada de massapê que separava o Iguape do centro de Cachoeira, haja vista que, o deslocamento era bem difícil, incerto e sem estrutura institucional? A trajetória da população negra na sociedade do pós-abolição é marcada pela permanência, mas também

---

\* Entrevista realizada no modo virtual em 22 de setembro de 2023 por Edinélia Maria Oliveira Souza, professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), mestre em História Social pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP) e Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: emosouza@uneb.br

pelos itinerários e deslocamentos. Ao disputar o direito à educação formal, eu tive a minha primeira experiência de migração e, também, de fragmentação na minha relação com o território, com minha família e amigos que permaneceram no Iguape, uma vez que o convívio diário não era mais possível, ocorrendo somente aos finais de semana. Dessa forma, os vínculos entre a família e a educação formal diz muito sobre a relação que estabeleci e estabeleço como meu território. Finalizei a última etapa da Educação Básica na Escola Estadual de Cachoeira e, logo após, ingressei na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB, para cursar História.

*EMOS: Na época em que você cursou a Educação Básica, já se reconhecia como quilombola? Como foi esse processo de autoidentificação?*

APC: Não! Pensando dentro de uma perspectiva histórica, a categoria política identitária de quilombola no Vale do Iguape é bastante recente. Na verdade, poderíamos dizer que, no Brasil, as discussões sobre os direitos aos territórios quilombolas emergiram no final da década de 1980, sobretudo com o esforço do movimento negro e quilombola, ao disputar na Assembleia Constituinte de 1987 a criação de leis que amparassem esse grupo, culminando no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, presente na Constituição de 1988. Eu terminei a Educação Básica nos idos de 2005, em Santiago do Iguape, a minha comunidade de origem, que ainda não era reconhecida pela Fundação Cultural Palmares enquanto quilombola. O processo de organização de Santiago do Iguape em torno da categoria identitária de quilombola se deu em 2006. Até esse momento, em 2005, eu tinha noção de que vivia numa comunidade rural, majoritariamente negra, tendo como principais culturas do trabalho a pesca, a coleta de marisco e a produção de roças. Era uma comunidade que sempre me colocou em contato com modos de fazer e viver ancestrais, a exemplo da relação com o tempo e com a natureza, ao observar o trabalho no mar e na roça, bem como os modos de fazer os apetrechos de trabalho. Merece destaque, também, nesse processo formativo fundado na ancestralidade, a relação com a cultura do corpo, através da dança afro, da capoeira, do samba, das quadrilhas juninas, enfim as experiências que foram fundamentais na minha construção identitária de quilombola.

*EMOS: Agora conta como surgiu a opção pela carreira de historiadora? Detalha pra gente o modo como se deu o seu ingresso no curso de História e as contribuições que essa nova geração de estudantes universitários traz para a academia em diferentes regiões do Brasil.*

APC: Então, despertou em mim o desejo de fazer História no último ano do ensino médio, quando comecei a fazer cursinho pré-vestibular na cidade de Cachoeira. As discussões acerca da História do Brasil me encantavam, com destaque especial para os temas com foco para escravidão e invenção da

liberdade. Os debates realizados no cursinho aguçavam o meu interesse de compreender a minha comunidade, afinal de contas o Vale do Iguape, região onde se localiza Santiago do Iguape, no período colonial e imperial foi *locus* de vários engenhos de açúcar, com forte presença da população escravizada. Sou da segunda turma de História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e, portanto, fruto da política de interiorização das universidades federais implementada pelo governo PT, do Partido dos Trabalhadores, que, por volta de 2010, conseguiu levar as universidades federais e as escolas de educação profissional das capitais para o interior do país. Eu, quilombola do Iguape, pude ingressar no curso de História bem na porta de casa, ali mesmo na cidade de Cachoeira, e essa foi uma oportunidade para produzir conhecimento histórico acerca da minha própria comunidade, da minha parentela. “Parentela” é um conceito operacionalizado por Conceição Evaristo, segundo o qual parentes são não somente aqueles com quem temos laços consanguíneos, mas também os que dividem conosco o mesmo território. Eu faço parte dessa nova geração de intelectuais que acessaram as universidades públicas a partir do processo de democratização do Ensino Superior, e defendo que essa geração está trazendo uma grande contribuição ao propor uma mudança de paradigma para um ambiente acadêmico ainda muito eurocêntrico e excludente. Com suas intelectualidades, suas linguagens, suas corporeidades, estão disputando epistemologias outras centradas em pesquisas empíricas de qualidade, mas, sobretudo, em uma visão atenta ao seu mundo e ao seu lugar social. Estamos deixando de ser “objeto de estudo” e passamos a reivindicar o direito de enunciar a nossa própria história.

*EMOS: Fazer o curso de licenciatura em História na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB, teve influência no despertar do seu interesse pela pesquisa em sua comunidade? Conta como foi esse processo!*

Quando ingressei no curso de História da UFRB, a minha intenção já era pesquisar o Iguape. A minha trajetória acadêmica se conecta fortemente com a trajetória do movimento quilombola no Iguape. Eu comecei a fazer História na UFRB em 2007, um ano após a fundação da Associação Quilombola de Santiago do Iguape. Dessa forma, eu ingresso no curso já atenta às questões referentes à memória da escravidão e da liberdade na região, mas também extremamente entusiasmada com as lutas do movimento quilombola e com o processo de certificação da comunidade pela Fundação Cultural Palmares, bem como com o processo de reintegração de posse das terras do antigo Engenho Central do Iguape. Então eu já sabia o que queria fazer quando escolhi cursar História. Já na UFRB, universidade majoritariamente negra, o Centro de Artes Humanidades e Letras contribuiu substancialmente para que eu não me perdesse no meio do caminho, quando tantos outros temas, outras possibilidades de pesquisas começaram a chamar a minha atenção. A UFRB na sua constituição enquanto uma Universidade Pública Federal, na qual a nova intelectualidade vem sendo pautada, sobretudo, na produção científica de estudantes oriundos de escolas públicas, filhos e filhas da classe trabalhadora do Recôncavo da Bahia,

contribuiu para que eu pudesse experienciar formas menos excludentes de estar na academia. Dentro dessa perspectiva, me encorajou a seguir com o desejo de pesquisar minha comunidade, partindo das discussões acerca da História do Tempo Presente, e me apresentou caminhos teóricos-metodológicos. Vida longa à UFRB!

*EMOS: O seu trabalho de mestrado, que tem como título Viver do que se sabe fazer: memórias do trabalho e cotidiano em Santiago do Iguape (1960-1990), é uma pesquisa que também problematiza o pós-abolição como um campo de análise da História do Brasil. Como foi essa experiência de pesquisa, sendo você uma pesquisadora de dentro da comunidade?*

APC: A minha pesquisa do mestrado buscou refletir acerca da sociedade do pós-abolição numa perspectiva estendida, lançando olhares para o mundo do trabalho e para o cotidiano de famílias negras no Vale do Iguape. Busquei apreender as experiências dos quilombolas a partir das memórias locais acessadas através da História Oral. Defendo, amparada em Grada Kilomba, escritora e psicóloga, que ser uma pesquisadora de “dentro” possibilita a construção de uma base valiosa nas pesquisas centradas em sujeitos, é um caminho necessário para a criação de novas epistemologias. A realização de uma pesquisa entre iguais é fundamental para romper com as relações hierarquizadas que se cristalizaram no ambiente acadêmico, onde, de um lado, estão os pesquisadores e, de outro, os informantes. Sendo uma pesquisadora de dentro, a minha posição intelectual não é pautada pela suposta neutralidade epistemológica onde o distanciamento emocional, social e político é visto como condição favorável à produção de conhecimento científico. Eu caminho na contramão dessa máxima. Nascida e criada na Comunidade de Santiago do Iguape, forjo por meio da linguagem o direito de narrar a história dos meus antepassados e dos meus contemporâneos, e, portanto, o faço na primeira pessoa do singular, deixando aflorar uma subjetividade consciente.

*EMOS: Você também é professora da Educação Básica. Quando e onde você começou a atuar na docência e como se dão esses atravessamentos identitários na ação da educadora?*

APC: A minha trajetória na educação básica teve início quando eu ainda estava na graduação, pois fui estagiária do IEL. A minha primeira experiência como professora foi na atual Escola Estadual Quilombola do Vale do Iguape, instituição na qual estudei durante todo meu Ensino Fundamental. No momento, sou funcionária pública da rede municipal de Conceição da Feira. Nos últimos três anos, atuei como gestora da Escola Constantino Ferreira de Miranda, a única Unidade de Ensino que oferece Educação em tempo integral nesse município, que está localizado na Região Metropolitana de Feira de Santana, mas pertence ao Recôncavo da Bahia. Os atravessamentos identitários que constituem o meu

eu educadora me fizeram uma entusiasta da educação, a despeito dos traumas. Então é dessa forma que eu busco contribuir para a construção de uma educação pública gratuita e de qualidade, que ensine a transgredir, como bell hooks nos convocou a pensar e agir. Ou seja, busco contribuir para uma educação fundada no pensamento crítico e na sabedoria prática em uma Escola Pública que favoreça a formação de comunidades educativas dispostas a reagir às diversas violências, enfim, constituindo-se numa prática de liberdade. Como leitora de Paulo Freire defendo que ser professora da educação básica é seguir esperando, mesmo quando a dureza ou a aspereza da realidade sugerem o contrário!

*EMOS: O seu doutoramento foi na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde você defendeu a tese intitulada Contexturas da terra no Vale do Iguape: direitos, conflitos e organização política. (1871-1962), no ano de 2022. Fala pra gente como foi dar conta de uma tese durante a pandemia e fala também um pouco sobre sua experiência no Rio de Janeiro, destacando quais foram os caminhos que se abriram a partir da realização desse novo trabalho historiográfico sobre o Iguape.*

APC: O meu doutoramento na Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, é parte importante da minha trajetória itinerante, muito cara à população negra na sociedade de pós-abolição, um ir e vir constante, na busca por cidadania, pela ampliação de direitos. Ingressei no doutorado da Rural em 2017, período em que morei na região da Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Lá estabeleci redes incríveis, as quais, sem dúvidas, foram essenciais para a construção da tese. Nesse sentido, destaco o contato com meu orientador Professor Dr. Álvaro Pereira do Nascimento, assim como, a relação com o seu grupo de pesquisa Mundos do Trabalho e Pós-abolição em Nova Iguaçu - Baixada Fluminense. As oportunidades de orientação e debates no grupo de estudo me fizeram questionar algumas certezas e ampliar os horizontes do trabalho que eu estava produzindo numa outra perspectiva teórico-metodológica. Eram verdadeiros momentos de fortalecimento em comunidade. Por falar em comunidade, a presença forte de baianos na UFRRJ, carinhosamente chamada de Rural, também marcou a minha experiência no Rio de Janeiro. Foi como ter um Ilê fora da Bahia. Diálogos incríveis foram possíveis através dessa confluência, para usar um conceito do Mestre Nego Bispo. Mas não posso esquecer que a pandemia foi extremamente traumática. Em 2020, eu já tinha retornado para Cachoeira-BA, estava terminando o ano de pesquisa nos arquivos e me preparando para iniciar o trabalho de campo, plano que foi interrompido, mas felizmente foi possível concretizar no segundo semestre de 2021, quando os meus mais velhos e eu já estávamos devidamente vacinados.

*EMOS: Uma geração de mulheres negras quilombolas com pouco estudo formal foi sucedida por gerações mais jovens de mulheres quilombolas que frequentam cursos universitários e que realizam pesquisas de mestrado e doutorado sobre temas relacionados à cultura, às lutas e a aspectos da vida cotidiana de seus territórios. Os quilombos aparecem assim, através da*

*figura feminina, como um rico espaço de fomento a práticas que estão atravessadas por saberes tradicionais e científicos mobilizados pela agência de diferentes gerações de mulheres atuando como verdadeiras guardiãs de uma epistemologia negra. Gostaria que você falasse um pouco sobre o papel central que as mulheres assumiram na estruturação e na manutenção da vida cultural e política do quilombo, muitas vezes exercendo, o protagonismo em relação à preservação da memória coletiva, assim como na formulação de estratégias de resistência e na produção e preservação de saberes ancestrais.*

APC: Vou tentar falar um pouco sobre Quilombo enquanto uma figura feminina, onde saberes tradicionais e científicos são mobilizados partindo de teorizações de duas intelectuais negras, que muito me influenciam: Beatriz Nascimento e Mariléa de Almeida. Ao operacionalizar o conceito de “paz quilombola”, Beatriz Nascimento colocou no centro do debate o quilombo como uma sapiência que se forma em momentos de guerra, mas também de paz, como uma continuidade de vida, uma resistência, uma possibilidade potente nos dias de destruição. Quilombo aparece, portanto, como uma organização alternativa fundamental no reconhecimento da experiência da população negra em diáspora e no fortalecimento da identidade cultural. Mariléa de Almeida, ao operacionalizar o conceito de “devir quilomba”, nos convidou a pensar sobre a feminização do conceito de quilombo no Brasil, lançando luz sobre o processo recente de visibilidade e reconhecimento desse protagonismo das mulheres quilombolas que a presente questão aborda. Essas mulheres em sua maioria são as que chefiam as famílias negras, base ancestral de sobrevivências no além-mar. São elas que nas suas práticas cotidianas se organizam politicamente, transmitem saberes, fortalecem as trocas culturais, criam e recriam identidades. Dessa forma, refletir acerca dessa confluência geracional entre mulheres quilombolas é, sobretudo, tensionar um debate no sentido de compreender o que nos ensinam as suas mobilizações políticas na luta por cidadania para seu povo.

EMOS: *Recentemente você conquistou uma bolsa de pós-doutorado em Harvard, nos EUA, e está, agora, morando em Boston. Em uma publicação no Portal Geledés, você se autodefine: “Eu sou o sonho das minbas ancestrais: Quilombo(la) em Harvard”. O que essa conquista significa para você e para sua comunidade?*

APC: É uma conquista que diz muito sobre mim, mas também sobre minha comunidade, Santiago do Iguape, como destaquei no texto publicado no Portal Geledés. Uma vez que a minha existência é atravessada pelas lutas ancestrais e contemporâneas do povo preto e quilombola, quem chega a Harvard é esse corpo quilombola indivíduo e coletivo. Digo isso junto com Beatriz Nascimento, que resiste a desapropriações diversas, pois é importante pensar os espaços físicos das experiências, mas também a metáfora do nosso próprio corpo, onde se pode recuperar a história do povo negro em experiência de diáspora, onde é possível questionar paradigmas hegemônicos amparados na colonialidade. Estar em Harvard como esse corpo quilombola é uma possibilidade de (re)construção de si e dos seus numa

sociedade que teima em não nos reconhecer enquanto sujeitos de direitos, é uma conquista pessoal, mas também coletiva, já que a minha trajetória de vida faz parte de um projeto de emancipação política negra, um sonho de liberdade sonhado a duras penas pelos que vieram antes de mim.

Data de aprovação: 15/01/2024

Copyright (c) 2024 politeia



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)